

CONTRATO DE CREDENCIAMENTO Nº XX/2021

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE CANOAS - CANOASPREV, entidade autárquica, com sede na Avenida Inconfidência, nº 817, Canoas – RS, inscrito no CNPJ sob nº 05.550.055/001-99, representado neste ato por seu Presidente **XXXXXXXXXXXXXXXXXX**, e de outro lado **XXXXXXXXXX**, com sede na **XXXXXXXXXX**, nº XX, sala XX, **XXXXXXXXXX** - RS, inscrito no CRO sob nº XXXX, registro no Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde nº. XXXXX, CPF nº XXXXXXXXXX, residente e domiciliado em XXXXXXX - RS, doravante denominado simplesmente **CREDENCIADO**, têm entre si justas e acertadas as seguintes cláusulas contratuais:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Constitui objeto do presente contrato a prestação de serviços em **odontologia**, aos beneficiários do Fundo de Assistência dos Servidores Municipais de Canoas – FASSEM, administrado pelo CANOASPREV, nos termos das Leis Municipais 4.739/2003 e 4.490/2000, e da Resolução do FASSEM vigente.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR

O valor anual estimado deste contrato é de **R\$ XXXXXXXXXXXX (XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX)**, atendendo-se a demanda apresentada pelo FASSEM, e de acordo com os atendimentos comprovadamente realizados e com a classificação de enquadramento de porte previsto no anexo III do edital de credenciamento.

Parágrafo primeiro: os preços unitários dos serviços contratados são os constantes do Anexo I - “**Tabela de Parâmetro Remuneratório Odontológico**”, do edital de credenciamento.

Parágrafo Segundo - São considerados beneficiários para fins deste contrato, as pessoas portadoras de documento de identidade e carteira de beneficiário emitida pelo CANOASPREV, que lhes ateste e comprove tal condição, cujo atendimento se der dentro do prazo de validade e nas condições especificadas na mesma.

Parágrafo Terceiro - Toda prestação de serviço será regida pelos princípios da legalidade, economicidade, razoabilidade e eficiência, bem como nos previstos em Regulamento Administrativo e normas estabelecidas vigentes pelo período pactuado.

Parágrafo Quarto - Será de responsabilidade do CREDENCIADO a cobrança, no ato do atendimento, do percentual relativo ao fator moderador, previsto na Lei Municipal 4.490/2000 e regulamentado por Resolução.

Parágrafo Quinto – Em caso de instabilidade do portal referido na alínea “a” do parágrafo primeiro desta cláusula, diante da impossibilidade de lançamento da consulta no sistema, fica autorizada a apresentação de uma grade de consultas, contendo assinatura do beneficiário e a senha da guia lançada posteriormente, conforme modelo disponibilizado.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA CONTRAPRESTAÇÃO

O CANOASPREV se obriga pelo pagamento dos serviços prestados conforme “**Tabela de Parâmetro Remuneratório Odontológico**”, em anexo.

Parágrafo Primeiro – Os procedimentos odontológicos serão avaliados pela perícia odontológica para autorização.

Parágrafo Segundo – Após a realização dos serviços, a perícia do CANOASPREV avaliará o atendimento para autorizar o faturamento.

Parágrafo Terceiro – As guias não periciadas no prazo de trinta dias após a realização do serviço poderão ser faturadas mediante a apresentação da guia de atendimento assinada pelo beneficiário e/ou responsável em casos de menor idade.

Parágrafo Quarto – Os procedimentos realizados em hospitais deverão ser faturados por paciente com a guia previamente autorizada em anexo à conta da clínica ou hospital.

Parágrafo Quarto - Os procedimentos e tratamentos que não possuem cobertura pelo CANOASPREV são aqueles indicados no Anexo VI, o qual é parte integrante deste contrato.

CLÁUSULA SEXTA – DOS REAJUSTES

Os valores contratados para pagamento dos serviços prestados poderão ser reajustados durante a vigência do presente contrato, por meio de proposta submetida à apreciação do CANOASPREV, observada a disponibilidade financeira do mesmo e valores praticados no mercado, não podendo ultrapassar os índices oficiais ou quaisquer outros que venham a ser determinados pelo Governo Federal.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO FATURAMENTO

Todos os serviços prestados em razão deste contrato deverão ser cobrados pelo CREDENCIADO por meio de emissão de faturas próprias, contendo a capa de fatura, relatório dos serviços efetivamente prestados, contas e/ ou autorizações, demais recibos e documentos correspondentes, os quais deverão ser entregues ao CANOASPREV, logo após a prestação dos mesmos, até o quinto dia útil do mês subsequente.

Parágrafo Primeiro – os procedimentos realizados deverão ser faturados por paciente, com autorização prévia ou grade de consultas assinada, contendo os dados do atendimento.

Parágrafo Segundo – o faturamento deverá ser mensal.

Parágrafo Terceiro - O CREDENCIADO procederá à cobrança dos valores que lhes sejam devidos pelo CANOASPREV da seguinte forma:

a) Os documentos a serem fornecidos pelo CREDENCIADO, quando da apresentação da fatura, serão os padronizados por esta, por meio de sistema informatizado;

CLÁUSULA NONA – DAS GLOSAS

O CANOASPREV apontará e justificará as glosas nos documentos que compõem a conta, através do relatório de glosas fornecido ao prestador de serviços, que poderá contestá-lo, encaminhando ao CANOASPREV todos os documentos originais para apreciação dos peritos.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA FORMA DE PAGAMENTO

O CANOASPREV realizará o depósito bancário ao CREDENCIADO em 45 (quarenta e cinco) dias a partir da data da apresentação da fatura, observadas as devidas condições para entrega, conforme descrito na CLÁUSULA SEXTA.

Parágrafo Primeiro - Os pagamentos terão como base de cálculo o previsto nas cláusulas anteriores, e servirá de cobertura para o presente contrato a dotação orçamentária de código: 30.02.11.331.0074.2213.0001 3.3.3.90.36.00.00.00.00 - Outros Serviços de Terceiros Pessoa Física.

Parágrafo Segundo - O atendimento poderá ser suspenso pelo CREDENCIADO caso não haja pagamento na data contratada, devendo comunicar previamente ao CANOASPREV, por escrito. O CREDENCIADO poderá, ainda, optar pela rescisão contratual unilateral em caso de inadimplemento por mais de 60 dias contados da emissão da Nota Fiscal, desde que previamente comunicado, sem prejuízo dos valores devidos.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS CONCESSÕES

Quaisquer tolerâncias ou concessões entre as partes, quando não manifestadas por escrito, não constituirão precedentes invocáveis e não terão a virtude de alterar obrigações estipuladas neste instrumento.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA RESCISÃO

Qualquer das partes poderá denunciá-lo, desde que notifique a outra, por escrito, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

A inobservância de qualquer cláusula, condição ou obrigação oriunda deste contrato será passível de imediata resolução, devendo o CREDENCIADO assegurar a continuidade dos tratamentos iniciados em caso de impossibilidade de transferência do beneficiário a outro credenciado, independente do tempo de duração, sendo que o CANOASPREV ficará responsável pelo pagamento das despesas contraídas.

Parágrafo único: em caso de descumprimento das obrigações contratuais, o CONTRATADO ficará sujeito as seguintes penalidades:

- I. Advertência escrita, para a correção de irregularidades que não possuam gravidade suficiente para caracterizar infração passível de levar a uma medida mais drástica, desde que não acarrete prejuízo financeiro ao CANOASPREV ou prejudique o tratamento de algum beneficiário;
- II. Em caso de inadimplemento parcial ou total, imotivados, o CREDENCIADO se sujeitará à suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração, pelo período um ano para inexecução parcial e de até dois anos quando total.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

Este contrato pode ser alterado nos casos previstos no art. 65 da Lei n.º 8.666/93, desde que haja interesse do CANOASPREV.

Parágrafo único: O CREDENCIADO se obriga a informar toda e qualquer alteração de identificação ou endereço que possam afetar o presente contrato, sendo essas submetidas ao CANOASPREV, que, em caso de concordância, formalizará as alterações por meio de termo aditivo.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA VIGÊNCIA

O presente contrato é celebrado pelo prazo de 12 (doze) meses a partir da sua assinatura, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos até o limite de 60 (sessenta) meses.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DAS NOTIFICAÇÕES

Toda e qualquer notificação ou aviso endereçado aos contratantes poderá ser efetuado por qualquer forma clara e inequívoca que implique a ciência, exemplificativamente, entrega pessoal, correio, e-mail, notificação extrajudicial e judicial.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA RESPONSABILIDADE

Ressalvam as partes a sua absoluta autonomia e independência financeira, jurídica, administrativa e técnica, sem qualquer vinculação ou responsabilidade de natureza civil, penal, tributária ou trabalhista.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DA DIVULGAÇÃO

As partes dão-se mútua autorização para publicização, em suas listagens e material de divulgação, da celebração do presente contrato.

Parágrafo único - O CANOASPREV deverá divulgar o nome do CREDENCIADO em seu Guia Informativo e Site para os fins do presente contrato, informando os serviços contratados.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DOS DOCUMENTOS ANEXOS

Integra o presente contrato, na forma de ANEXO os seguintes documentos:

- a) Tabela de Parâmetros Remuneratórios odontológicos (Anexo I).
- b) Tabela de valores odontologia (Anexo II)
- c) Regras para classificação de capacidade produtiva (anexo III).

CLÁUSULA VIGÉSIMA - FORO

As partes elegem o Foro da Comarca de Canoas para dirimir eventuais conflitos decorrentes do presente instrumento.

Assim, por estarem certos e ajustados firmam as partes o presente instrumento, na presença de duas testemunhas e em três vias de igual teor e forma, a fim de que surtam seus jurídicos e legais efeitos.

Canoas, .

.....
Presidente do Canoasprev

.....
Diretoria de Assistência

.....
Credenciado

Testemunhas:

